

ATA DE REUNIÃO

São Paulo, 15 de abril de 2020

Comissão de Segurança Hídrica

- Teve lugar no dia 15 de abril de 2020, das 15h às 17h, por ferramenta virtual, a **11ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo e Breno Zylberzstein, da SP Urbanismo; Pedro Algodoal e Adriana Palheta, de SIURB; Vanessa Padiá, Ivan Shirahama, Maria José Gullo e Jenny Zoila, de SEHAB; Gustavo Rabello e Cinthia Sanchez, de SGM; Irineu Gnecco Filho, de SMG; Maurício Tonin, da PGM; Thor Saad Ribeiro e Bruno Janini, de SMDU; Guilherme Checco, do Instituto Democracia e Sustentabilidade; Marussia Whately, Mauro Scarpinatti e Mauricio Ramos de Oliveira, da Aliança pela Água; Raphael Guerrero e Renato Zuccolo, do Instituto de Engenharia; Antonio Carlos dos Santos, especialista convidado.
- Marco Palermo, como coordenador, iniciou a reunião cumprimentando os presentes e iniciando pelo ponto 1 da pauta: o comunicado de que a ARSESP suspendera suas ações de fiscalização. Informou que notificou os secretários municipais, que consideraram a iniciativa inadequada e que se prontificaram a entrar em contato com o Secretário Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente.
- Os presentes foram unânimes em considerar que as atividades de fiscalização são imprescindíveis e não podem ser suspensas por razão da crise do Covid-19. Não haveria condições de a Prefeitura assumir tais tarefas de forma emergencial. Foi apontado que o Decreto Federal nº 10.282/2020, que regulamenta os serviços essenciais, dispõe do saneamento como atividade essencial não passível de paralisação. Decidiu-se pelo encaminhamento de comunicação à ARSESP pedindo o embasamento legal da paralisação e rogando a reativação das atividades de fiscalização, com as devidas adaptações para a crise.
- Seguiu o debate para o segundo ponto de pauta, a saber, as ações emergenciais em relação à crise do Covid-19. A pauta da reunião listava inicialmente para o debate:

2.1. Revisão dos procedimentos de redução de pressão nas redes, considerando possíveis alterações nos picos de consumo.

2.2. Ampliação do armazenamento de água em pontos críticos já conhecidos pela prestadora de saneamento e/ou mapeados pelas instituições públicas ou privadas.

2.3. Construção de reservatórios para acesso emergencial à água potável em áreas onde o serviço público ainda não está disponível.

2.4. Distribuição de água por meio de caminhões pipa, com garantia de sua qualidade.

2.5. Instalação emergencial de torneiras e banheiros em espaços públicos.

2.6. Controle e adequação com ARSESP do andamento das obras previstas no programa de investimentos e metas.

2.7. Cronograma para avançar nas ações para prover segurança hídrica em favelas e núcleos irregulares.

2.8. Outras propostas de ações consideradas necessárias.

- Foram destacados pelos presentes dois pressupostos fundamentais: que a Prefeitura tem a capacidade de integrar as políticas públicas no território municipal para atuar nas ações de contingência e emergência face à pandemia e, como poder concedente dos serviços de água e esgoto, tem a obrigação de garantir segurança hídrica para toda a população, com acesso ao abastecimento de água, conforme preconizado no Plano Municipal de Saneamento, instituído pelo Decreto Municipal nº. 58.779 de 2019.
- Os membros da comissão enfatizaram a importância de coordenar ações de diferentes secretarias e Sabesp no atendimento de populações vulneráveis, com destaque para moradores de aglomerados subnormais, ocupações e população de rua. Foi decidido que será construído um plano para o diálogo com a Sabesp. Para isso, é necessário mapear as áreas e populações críticas, e formas de intervenção possíveis, a partir dos dados de SEHAB e SMDU, o que será feito até sexta-feira. O monitoramento das ações será realizado por meio do Sistema de Informações Compartilhadas, quando convier.
- Nesse sentido, é necessário elaborar um planejamento de emergência para a questões ligadas ao Covid-19 e Segurança Hídrica, com a participação das pastas de direitos humanos, desenvolvimento urbano e habitação, focando áreas e populações prioritárias.

- As áreas prioritárias e ações para populações vulneráveis serão apresentadas na reunião seguinte do dia 23/04. A Sabesp será convidada para essa reunião, para que seja possível articular as ações nesse tema.
- Foi esclarecido que a Lei municipal nº. 17.335 de 2020 dispôs sobre a utilização dos recursos em fundos vinculados para uso em ações de combate ao Covid-19.
- Foi informado também que a Sabesp não teve seus recursos contingenciados, pois não é uma empresa pública dependente.
- Sobre o processo de revisão da estrutura tarifária da ARSESP, foi informado que o cronograma não foi alterado por conta da crise. A proposta de nota técnica da Prefeitura foi disponibilizada aos membros, e será tema de debate na reunião seguinte.
- Por fim, o terceiro ponto de pauta foi debatido, a saber, a proposta de construção de um Plano Diretor de Controle da Poluição Difusa. Pedro Algodoal informou que a proposta partiu de uma provocação da Secretaria de Relações Internacionais, e pode contar com apoio da União Europeia. O combate à poluição difusa depende da Prefeitura e da Sabesp, e depende de se equacionar o financiamento das ações, como obras e conscientização. SIURB está elaborando um texto síntese, a ser disponibilizado para os membros para coleta de contribuições.
- Encerrando, Marco Palermo marcou a reunião seguinte para 23/04/2020, das 15h-17h, com participação da Sabesp, e se comprometeu a lavrar a presente ata.